



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. ALACID NUNES)

### ASSUNTO:

Dá nova redação ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

DESPACHO: 08/OUT/92: TRABALHO, DE ADMINIST. E SERV.PÚBLICO - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. E DE REDAÇÃO (ART.54) - ART.24, II

AO ARQUIVO

em 21 de outubro de 1992

### DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º

3.246

DE 19

92



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

### PROJETO DE LEI Nº 3.246/92

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 27/04/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 1993.

  
Talita Yeda de Almeida  
Secretária

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 3.246, DE 1992

(DO SR. ALACID NUNES)



Dá nova redação ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54) - ART.24, II.

2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II  
Trabalho, de Adm. e Serviço Público  
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)

*[Assinatura]*

PROJETO DE LEI Nº 08 / 10 / 92. Presidente  
(Do Sr. Alacid Nunes)

PROJETO DE LEI Nº 3246 / 92

Dá nova redação ao art. 20 da  
Lei nº 8.036, de 11 de maio de  
1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do  
Tempo de Serviço, e dá outras providências."

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20, inciso VII, da Lei nº 8.036, de 11  
de maio de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20 A conta vinculada do trabalhador  
poderá ser movimentada nas seguintes  
situações:

.....

VII - pagamento total ou parcial do preço da  
aquisição de moradia própria, inclusive  
impostos, taxas e custos notariais  
relacionados com a transação, observadas as  
seguintes condições:

a) .....

b) .....

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa corrigir grave lacuna na  
legislação que regulamenta os saques das contas vinculadas  
dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-  
FGTS, ao possibilitar que o saque para aquisição de moradia

*[Assinatura]*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

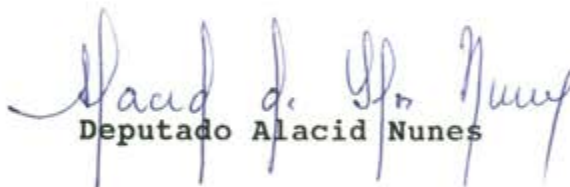


própria também preveja o pagamento de impostos de transmissão, taxas, custos com o pagamento de escrituras e alterações do registro de imóveis, etc.

Tais despesas constituem fração marginal do custo total do imóvel, mas mesmo assim significativa, principalmente para a população alvo do FGTS, constituída em sua maioria por trabalhadores de baixa e média rendas. Por conseguinte, esta possibilidade adicional de saque não onerará sobremaneira o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, apesar de seu elevado alcance social.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos ilustres Pares à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1992

  
Deputado Alacid Nunes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CODEL"**



LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 (\*)

*Dispõe sobre o Fundo de Garantia do  
Tempo de Serviço, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

VII — pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

PROPOSICAO : PL. 3246 / 92  
AUTOR : ALACID NUNES - BLOCO - PFL/PA

DATA APRES.: 08/10/92

Da nova redacao ao artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

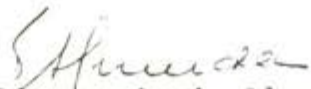
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

### PROJETO DE LEI Nº 3.246/92

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 27/04/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 1993.

  
Talita Yeda de Almeida  
Secretária